

01/09/2011

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.870 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
IMPTE.(s)	: ESPÓLIO DE CHUZO SUMITA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ATHEMAR DE SAMPAIO FERRAZ JÚNIOR E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
IMPDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

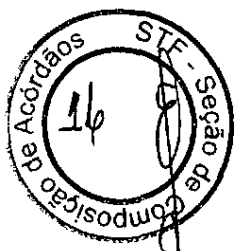
PROCESSO ADMINISTRATIVO – SUSPENSÃO – LIMINAR EM AGRAVO DE INSTRUMENTO – INSUBSISTÊNCIA. Uma vez afastada a liminar formalizada em agravo, tem-se como válida a edição de decreto em que se declara o interesse social da propriedade para fins de reforma agrária.

REFORMA AGRÁRIA – UTILIZAÇÃO DA TERRA E EFICIÊNCIA NA EXPLORAÇÃO – LAUDOS. Cumpre ao Juízo da desapropriação sopesar os elementos coligidos quanto à utilização da terra e à eficiência na exploração, descabendo cogitar de acatamento irrestrito de laudo pericial.

DESAPROPRIAÇÃO – NOTIFICAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS. É subsistente a notificação dos proprietários quando, inviabilizado o meio pessoal via postado, venha a ocorrer mediante edital. De todo modo, o comparecimento para acompanhar a vistoria do imóvel afasta qualquer vício existente.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – DECISÃO – FUNDAMENTAÇÃO. As decisões no processo administrativo hão de estar fundamentadas, não se podendo confundir a exigência formal com conclusão contrária aos interesses das partes.

FRACIONAMENTO DA PROPRIEDADE EM RAZÃO DA MORTE



Supremo Tribunal Federal

MS 25.870 / DF

DO PROPRIETÁRIO – ÓBICE À DESAPROPRIAÇÃO. O óbice à desapropriação retratado no fracionamento da propriedade, e consideração de cota parte alcançada, pressupõe não ser o herdeiro dono de outro imóvel.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal em indeferir a segurança e cassar a medida cautelar concedida, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 1º de setembro de 2011.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR

Supremo Tribunal Federal

01/09/2011

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.870 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
IMPTE.(s)	: ESPÓLIO DE CHUZO SUMITA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ATHEMAR DE SAMPAIO FERRAZ JÚNIOR E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
IMPDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto como relatório as informações prestadas pela Assessoria:

Ao deferir o pedido de medida acauteladora, Vossa Excelência proferiu decisão com o seguinte teor:

**DESAPROPRIAÇÃO – PROCESSO
ADMINISTRATIVO –
PRONUNCIAMENTO JUDICIAL
SUSPENDENDO EFEITOS – EDIÇÃO DE
DECRETO – INSUBSISTÊNCIA –
RELEVÂNCIA DA ARTICULAÇÃO –
LIMINAR DEFERIDA.**

1. Os impetrantes visam à declaração de insubsistência de decreto do Chefe do Poder Executivo, datado de 11 de novembro de 2005, editado a partir do Processo INCRA/SR-08 nº 54190.000595/2002-11, que implicou a declaração de interesse social, para fins de reforma agrária, do imóvel Fazenda São José, de setecentos hectares e oitenta ares, situado no município de

Supremo Tribunal Federal

MS 25.870 / DF

Mirandópolis, objeto do Registro nº R-14-690, ficha 01, livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mirandópolis, Estado de São Paulo (folha 863 e 864).

Como primeira causa de pedir, consignam o fato de, no Tribunal Regional Federal, haverem logrado medida acauteladora por meio da qual restou suspensa a eficácia do citado processo administrativo – Agravo nº 2002.03.00.033273-8, relatora juíza Suzana Camargo. Afirmam que os dados a revelar o caráter improdutivo da fazenda não poderiam servir de base ao decreto em vigor, cuja edição fizera-se com desrespeito ao texto do pronunciamento judicial referido.

Como segunda causa de pedir, sustentam que, ajuizada ação declaratória de nulidade de vistoria, veio à balha, considerado o contraditório, laudo sobre a insubsistência de tal vistoria, ante vícios constatados, mostrando-se produtiva a propriedade. A seguir, asseveram a ocorrência de sucessão, transmitindo-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários, na forma do disposto no artigo 1.784 do Código Civil, o domínio e a posse da propriedade – princípio da saisina. À luz do § 6º do artigo 46 da Lei nº 4.504/64 – Estatuto da Terra –, teriam surgido partes ideais individualizadas, pequenas propriedades insuscetíveis de desapropriação, a afastar a aplicação, à hipótese, do artigo 185 da Carta Federal. Arguem ainda a ofensa ao princípio do devido processo legal. É que, impugnado o Relatório Agrônomo de Fiscalização, refutara-se o que articulado em decisão sem a cabível estrutura, lançando-se (folha 526):

Apreciando o processo administrativo nº 54.190.000.595/2002-1, referente à desapropriação da Fazenda São José, no município de Mirandópolis, no qual foi analisado, entendeu o CDR por negar provimento ao

MS 25.870 / DF

recurso.

Os impetrantes buscam apoio, quanto à estrutura da decisão administrativa, em lições da melhor doutrina – Hely Lopes Meirelles, Maria Sylvia Zanella di Pietro e Celso Antônio Bandeira de Mello. A autoridade administrativa não observara a imposição constitucional de exame dos argumentos apresentados pela defesa, deixando de explicitar os fundamentos que respaldaram o desprovimento do recurso.

Também apontam, como causa de pedir, a falta de notificação prévia e pessoal dos proprietários. A ciência via edital fora realizada sem, no entanto, assentar-se, mediante elementos, não terem sido encontrados os proprietários. Por último, dizem da configuração de força maior: com a quebra da Usina Alcomira, arrendatária, e o conseqüente abandono da cana-de-açúcar no campo, sem o pagamento dos valores avençados, viram-se compelidos a alterar radicalmente as atividades do imóvel, passando à utilização das terras como pastagens. Aludem ao efetivo pecuário, não considerado quando da vistoria. Então, pleiteiam a concessão de medida acauteladora que suspenda, até a decisão final da impetração, o decreto desapropriatório. Ressaltam o risco de se manter com plena eficácia o ato, em face dos desdobramentos próprios à ação a ser intentada pelo Incra. O pedido final visa a tornar definitivo o afastamento do citado ato. Acompanharam a inicial os documentos de folha 32 a 881.

2. O princípio da economia e celeridade processuais direciona ao máximo de eficácia da lei com o mínimo de atuação judicante. Quando editado o decreto, havia no cenário jurídico a liminar, suspendendo a eficácia da declaração de improdutividade que lhe serviu de base. Em jogo faz-se o primado do Judiciário, tão caro a um Estado

Supremo Tribunal Federal

MS 25.870 / DF

Democrático de Direito. Não se trata de tomar a decisão do Tribunal Regional Federal como direcionada, em si, a obstaculizar, na via direta, o ato do Excelentíssimo Senhor Presidente da República. O que se tem, em última análise, é que o decreto referido foi formalizado a partir de um processo cuja eficácia não compunha o cenário jurídico, ante a medida acauteladora implementada. As demais causas de pedir serão apreciadas no julgamento de fundo deste mandado de segurança.

3. Defiro o ato pleiteado em caráter precário e efêmero e suspendo, até a decisão final deste mandado de segurança, o decreto de 11 de novembro de 2005, exclusivamente na parte em que envolveu a Fazenda São José, ou seja, no tocante ao item VIII do artigo 1º nele contido.

4. Solicitem informações.

5. Citem a União.

6. Com as manifestações cabíveis, colham o parecer do Procurador-Geral da República.

7. Publiquem.

Brasília, 10 de março de 2006.

O impetrado, nas informações de folha 899 a 927, sustenta, em sede preliminar, a ausência de interesse processual, a inadequação da via eleita e a ausência de direito líquido e certo. Aduz estar a matéria integralmente submetida ao crivo do Juízo da Comarca da Mirandópolis, Estado de São Paulo, na Ação Declaratória nº 2002.61.07.006183-8, pelo que não há interesse processual do impetrante. Alude à necessidade de dilação probatória para aferição dos índices de produtividade do

*Supremo Tribunal Federal***MS 25.870 / DF**

imóvel, incabível no mandado de segurança. Pede a extinção do processo sem julgamento de fundo.

No mérito, refuta a alegação de nulidade decorrente da notificação por edital de parte dos proprietários, pois afirma ter ocorrido tentativa prévia de notificação pela via postal, a qual acabou frustrada. Assevera não existir o apontado prejuízo ao contraditório, porquanto a vistoria prévia foi acompanhada por técnico indicado pelos proprietários do imóvel. Afirma terem apresentado defesa no processo administrativo, embora sem sucesso na revisão do laudo de vistoria. Conforme sustenta, a decisão proferida pelo Regional implicou a determinação de suspensão do processo de desapropriação no tocante apenas aos efeitos de declaração de improdutividade, nada ficando consignado quanto a outras causas para a expropriação. Segundo alega, o imóvel deixou de cumprir a função social ambiental, sendo certo que, em tal hipótese, também é admissível a desapropriação, a teor do artigo 4º da Lei nº 4.504/64, 9º da Lei nº 8.629/93 e 186, inciso II, da Carta Federal.

Relativamente à aplicação do princípio da saisine, afirma que se constituiu um condomínio sobre o imóvel após a morte do proprietário, devendo ser assim apreciado na aplicação do artigo 184 da Constituição Federal. Evoca o artigo 176, § 1º, inciso I, e 235, inciso II, parágrafo único, da Lei nº 6.015/73 para sustentar a tese de que o imóvel não foi dividido com o falecimento do proprietário, porquanto tal providência depende do desmembramento da matrícula. Menciona a existência de outros nove imóveis rurais de propriedade dos impetrantes, razão pela qual não teriam jus à proteção do artigo 185, inciso I, da Carta Federal. Diz da ausência dos requisitos ensejadores da concessão de medida acauteladora. Junta, ainda, parecer proferido pela Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (folha 928 a 964), em que são repetidas as mesmas teses.

MS 25.870 / DF

A União, na contestação de folha 1054 a 1067, alega, preliminarmente, a falta de interesse de agir e a impossibilidade jurídica de discussão de produtividade do imóvel na via estreita do mandado de segurança. No mérito, afirma que o comparecimento espontâneo do interessado supre a eventual nulidade decorrente da intimação editalícia. Aponta não haver razão de força maior a justificar os baixos índices de produtividade do imóvel. Assevera que, antes da individualização da fração ideal de cada herdeiro, a propriedade deve ser encarada como uma unidade econômica para fim de desapropriação por reforma agrária. Para corroborar o argumento, cita o que decidido no Mandado de Segurança nº 24.518, da relatoria do Ministro Carlos Velloso, publicado no Diário da Justiça de 30 de abril de 2004. Sustenta inexistir descumprimento de ordem judicial, pois a decisão do Regional teria ficado limitada a suspender os efeitos da declaração de improdutividade, o que não impediria a expropriação do imóvel por outras razões.

À folha 1070 à 1075, consta pedido de reconsideração da medida acauteladora anteriormente deferida, formulado pela União. Com a petição, vieram cópias das sentenças proferidas na ação declaratória de produtividade (1076 a 1131) e na ação cautelar correlata (1133 a 1185) bem como de decisão prolatada pelo relator do Agravo de Instrumento nº 2002.03.00.033273-8, reconhecendo o prejuízo em razão da superveniência de pronunciamento de mérito (folha 1187).

O Ministério Público Federal, no parecer de folha 1191 a 1999, opina pelo conhecimento apenas parcial dos pedidos, por dependerem de dilação probatória, incabível na ação mandamental. No mérito, refuta a alegação de violação ao contraditório na produção do laudo de vistoria, já que este foi repetido em sede judicial. Igualmente, entende não ter havido o parcelamento do imóvel em razão do falecimento do proprietário, pois tal providência depende da partilha. No

*Supremo Tribunal Federal***MS 25.870 / DF**

tocante à contrariedade do decreto à decisão proferida pelo Regional, afirma ter a questão perdido o objeto, porquanto a liminar fora revogada no julgamento definitivo do agravo de instrumento. Alfim, preconiza o indeferimento da ordem.

O processo encontra-se aparelhado para julgamento.

É o relatório.

01/09/2011

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.870 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Consigno, inicialmente, a insubsistência das premissas reveladas quando da concessão da medida acauteladora, porquanto foi revogada a liminar deferida pelo Tribunal Regional no Agravo de Instrumento nº 2002.03.00.033273-8 ante o fato de o Juízo competente haver prolatado sentença em que assentada a improcedência do pedido formulado na Ação Declaratória nº 2002.61.07.006183-8. Sob esse ângulo, a primeira causa de pedir não pode mais ser analisada, pois já não há impedimento jurídico à produção dos regulares efeitos da declaração de improdutividade do imóvel rural de titularidade dos impetrantes.

Igualmente incabível é a apreciação, nesta via, dos graus de utilização da terra e de eficiência na exploração do imóvel fixados em laudo de vistoria elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – precedentes: Mandados de Segurança nº 25.022/DF, da minha relatoria, acórdão publicado no Diário da Justiça de 16 de dezembro de 2005, e nº 24.484/DF, redator designado Ministro Eros Grau, acórdão veiculado no Diário da Justiça de 2 de junho de 2006. O mesmo raciocínio vale para a justificação da improdutividade do imóvel, a teor do artigo 6º, § 1º, da Lei nº 8.629/93, considerada a articulação de força maior.

Quanto ao laudo pericial anexado pelos impetrantes, remeto à organicidade inerente ao Direito instrumental. Compete ao Juízo da causa decidir fundamentadamente a respeito da adequação da prova produzida pelos litigantes, dada a adoção do princípio do livre convencimento motivado, consoante os artigos 131 e 436 do Código de Processo Civil. Daí a inviabilidade da revisão, em mandado de segurança, da sentença de mérito por meio da qual o Juízo afastou as conclusões do laudo apresentado no processo judicial, juntado nesta ação mandamental (folha 152 a 185). A irresignação dos impetrantes deve ser formalizada na via

MS 25.870 / DF

própria, presente o sistema recursal versado no Código de Processo Civil.

No tocante à ausência de notificação dos proprietários para a realização da vistoria prévia, o Supremo tem considerado a falta da providência causa de nulidade da fase administrativa do procedimento de desapropriação. No caso concreto, porém, além de a maior parte dos proprietários do imóvel haver sido pessoalmente intimada, ficou comprovada a tentativa de intimação de todos os interessados pela via postal (folha 212 a 224) implementada, posteriormente, mediante edital, conforme previsto no artigo 2º, § 3º, da Lei nº 8.629/93, com a redação conferida pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001.

Não bastasse isso, houve o comparecimento de prepostos – Auro Iwao Sumita e Athemar de Sampaio Ferraz – representando os proprietários (folha 233), o que lhes permitiu o acompanhamento da vistoria e, ainda, o exercício dos direitos ao contraditório e à ampla defesa. É de ressaltar, também, a impugnação ao relatório agrônomo de fiscalização (folha 454 a 482). Assim, ainda que existisse vício, não caberia declarar nulidade ante a ausência de prejuízo. A formalidade no processo administrativo não pode descambar para o fetichismo da forma.

Relativamente à arguição de vício no dever de fundamentação no procedimento administrativo (folha 187 a 861), consigno que, realmente, no Estado Democrático de Direito, as funções públicas não são exercidas em proveito próprio, mas no interesse dos administrados. Daí a obrigatoriedade de motivação das decisões administrativas e judiciais. A par desse aspecto, o direito de petição, versado na alínea “a”, inciso XXXIV, do artigo 5º da Constituição Federal, tem como correlato o dever de resposta, exigível do administrador público.

Nada obstante, verifico que as premissas do desprovimento do recurso administrativo interposto por um dos impetrantes, estampadas à folha 516 à 520, embora sucintas, implicaram a análise de cada um dos pontos veiculados. O conjunto composto pelo relatório agrônomo de fiscalização e pela resposta ao recurso administrativo elaborado pelos técnicos é suficiente e justifica a rejeição das razões recursais pelo Comitê de Decisão Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Supremo Tribunal Federal

MS 25.870 / DF

Agrária (folha 526).

Quanto à problemática atinente ao fracionamento da propriedade em razão do falecimento de Chuzo Sumita (certidão de óbito à folha 872), o Supremo, no julgamento do Mandado de Segurança nº 24.573/DF, redator do acórdão o Ministro Eros Grau, modificou o entendimento anterior ao assentar que o imóvel deve ser considerado como um todo, ainda que titularizado por diversos proprietários. Acabou por afastar, na espécie, a aplicação do § 6º do artigo 46 da Lei nº 4.504/64. Assim me pronunciei a respeito do tema:

Senhor Presidente, quando pedi vista, consignei que o Tribunal caminhava para modificar jurisprudência pacífica assentada sobre a matéria, e tendo em conta o que previsto na própria Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra. Está em discussão a problemática da sucessão *mortis causa*: saber se, havendo a sucessão *mortis causa*, tem-se a transmissão da propriedade para os herdeiros, como previsto no Código Civil, e, mais do que isso, a consideração, para efeito de desapropriação, não de propriedade única, mas de diversas propriedades, como retratado no § 6º do artigo 46 da citada lei.

O Tribunal reiterou pronunciamentos pela observância dessa lei, fazendo-o, por exemplo, ao julgar o Mandado de Segurança nº 22.045-7/ES, por mim relatado, em sessão de 26 de maio de 1995, que ficou assim ementado:

“DESAPROPRIAÇÃO - ENQUADRAMENTO DO IMÓVEL COMO REVELADOR DE PEQUENA OU MÉDIA PROPRIEDADE – SUCESSÃO MORTIS CAUSA. Aberta a sucessão, o domínio e posse da herança transmitem-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários - artigo 1.572 do Código Civil.” - e a previsão consta do Código Civil atual – “Daí a insubsistência de decreto para fins de desapropriação, no qual restou considerado o imóvel como um todo, olvidando-se o Estatuto da Terra – Lei nº 4.504, de 30 de

Supremo Tribunal Federal

MS 25.870 / DF

novembro de 1964, no que, mediante o preceito do § 6º do artigo 46, dispõe que, no caso de imóvel rural em comum, por força de herança, as partes ideais para os fins nele previstos são consideradas como se divisão houvesse. Propriedades diversas enquadradas como médias por não suplantarem, cada qual, considerada de *per se*, o teto de quinze módulos fiscais – inciso III do artigo 4º da Lei nº 8.629/93”.

Há outras decisões nesse sentido. Cito o que assentado no Mandado de Segurança nº 23.306-9/PB, relator ministro Octavio Gallotti. A decisão, tal como no processo anterior, foi unânime. Do Plenário, relator ministro Néri da Silveira, há o Mandado de Segurança nº 23.853-4/MS, vencidos os ministros Nelson Jobim, Ilmar Galvão e Sepúlveda Pertence. O Tribunal também observou o Estatuto da Terra ao julgar o Mandado de Segurança nº 24.999-4/DF, relator ministro Carlos Velloso.

Por isso, acompanho o relator, concedendo a ordem e reafirmando o que tive oportunidade de veicular quando do julgamento do Mandado de Segurança nº 22.045-7/ES, na esteira de outros pronunciamentos do Plenário.

Neste caso, porém, o fato de o imóvel ser classificado como pequena, média ou grande propriedade é irrelevante, pois a vedação à desapropriação-sanção depende da circunstância subjetiva de ausência de titularidade de outro imóvel rural, a teor do artigo 185, inciso I, da Constituição da República. Declaração de imposto de renda, juntada à folha 305, retrata que os herdeiros receberam vários imóveis, presumivelmente rurais, em razão do falecimento de Chuzo Sumita. Assim, ante a falta de comprovação de inexistência de outras propriedades rurais, concluo pela insubsistência também desta causa de pedir.

Indefiro a segurança, ficando revogada a medida acauteladora implementada.

01/09/2011

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.870 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, não tenho grandes elementos para acrescentar, mas apenas dizer sobre esta peculiaridade: um mandado de segurança impetrado contra ato do presidente que tinha como questão prejudicial uma série de matérias apreciáveis na via ordinária; quer dizer, o mandado de segurança teoricamente teria de ficar sobrestado porque dependia da solução de questões prejudiciais que estavam sendo resolvidas na via ordinária.

O que levou ao deferimento da liminar foi uma decisão judicial que suspendeu aquela declaração de improdutividade e que posteriormente fora revogada na sentença final dessa ação de cognição exauriente. Então, é uma **contradictio in terminis**. Um mandado de segurança, que tem de ter direito líquido e certo, ficar dependendo de soluções, de elementos de convicção que são analisados numa ação de rito ordinário. Só esse aspecto, para mim, já revela que a parte não tinha direito líquido e certo para impetrar o mandado de segurança. Quer dizer, no momento da liminar, ela tinha um provimento judicial que abordava a questão da improdutividade, mas não era só isso.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Daí ter me referido, inclusive, ao primado do Judiciário, que seria, de início – e o fiz no campo precário e efêmero da medida acauteladora –, no caso, a liminar implementada pela juíza Suzana. Mas, com a declaração de prejuízo do agravo na qual implementada, evidentemente esse ato desapareceu do mundo jurídico.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - A base da liminar caiu e, sem prejuízo, outros motivos deram ensejo ao decreto presidencial. De sorte que, depois de julgada a ação na via ordinária, e já em recurso de

MS 25.870 / DF

apelação - parece que também foi já julgado - denegando o direito da parte, entendo que realmente não há direito líquido e certo a tutelar atrás do mandado de segurança, muito embora, apenas uma divergência de fundamentação, eu entenda que, pelo Direito de Saisine, a propriedade passa tal como ela era para os herdeiros, tornando-se passível de desapropriação. Mas aí já era uma questão de que a jurisprudência do próprio Supremo se firmou nesse sentido.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Houve o precedente a que me referi, em sentido contrário a tudo que fora assentado. Mas aqui existe essa peculiaridade: foi juntada uma declaração de bens revelando que os herdeiros receberam outros imóveis. Daí ter assentado que com isso se inverteu o ônus da prova. Deveriam os impetrantes ter comprovado a inexistência de bens, aspecto indispensável para se considerarem as propriedades como incólumes à desapropriação.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Apenas neste particular: o Ministro Marco Aurélio manteve o ponto de vista dele e eu mantenho o fundamento do Plenário no sentido de que a Saisine torna múltipla apenas a titularidade do imóvel rural, que permanece uma única propriedade até que sobrevenha a partilha, e, portanto, passível de desapropriação. Não tem aquela redução de módulos.

Mas acompanho integralmente o Ministro Marco Aurélio.

PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****MANDADO DE SEGURANÇA 25.870**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

IMPTE.(S) : ESPÓLIO DE CHUZO SUMITA E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : ATHEMAR DE SAMPAIO FERRAZ JÚNIOR E OUTRO(A/S)

IMPDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

IMPDO.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, indeferiu a segurança e cassou a medida cautelar concedida. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Impedido o Senhor Ministro Dias Toffoli. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa e, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Falaram, pelos impetrantes, o Dr. Paulo Eduardo Bezerra Landim e, pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso. Plenário, 01.09.2011.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ayres Britto, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

p/ Luiz Tomimatsu
Secretário